



# Relatório e Contas 2010

## Índice

<b>0. Razão de Sequência .....</b>	<b>1</b>
<b>1. Mensagem do Presidente .....</b>	<b>1</b>
<b>2. O Exercício de 2010.....</b>	<b>2</b>
<b>2.1. Enquadramento .....</b>	<b>2</b>
<b>2.2. Organização .....</b>	<b>2</b>
<b>2.3. OMI .....</b>	<b>4</b>
<b>2.4. Outros aspectos .....</b>	<b>5</b>
<b>3. Mercado de Derivados do MIBEL.....</b>	<b>6</b>
<b>4. Outras Actividades .....</b>	<b>12</b>
<b>4.1. Leilões de Venda de Gás Natural .....</b>	<b>12</b>
<b>4.2. Mudança de Comercializador no sector do gás natural .....</b>	<b>13</b>
<b>4.3. Apoio ao Lançamento da Actividade da Entidade Emissora de Garantias de Origem (EEGO) .....</b>	<b>13</b>
<b>4.4. Apoio à Implementação do Regime de Interruptibilidade .....</b>	<b>13</b>
<b>5. Perspectivas.....</b>	<b>14</b>
<b>6. Proposta de aplicação de resultados .....</b>	<b>15</b>
<b>7. Accionistas, Órgãos Sociais, Comissão de Ética e Participadas .....</b>	<b>16</b>
<b>8. Participadas .....</b>	<b>17</b>
<b>9. Demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2010 .....</b>	<b>18</b>
<b>10. Anexo às demonstrações financeiras Individuais .....</b>	<b>21</b>

## 0. Razão de Sequência

O presente Relatório contém informação sobre o OMIP<sup>1</sup> e a OMIClear<sup>2</sup>, que se justifica pelo facto do OMIP ser o accionista único da OMIClear.

## 1. Mensagem do Presidente

O ano de 2010 marca uma importante viragem para o OMIP como Operador do Mercado a prazo do MIBEL. Enquanto continuou a desenvolver, fortemente, as suas actividades como operador de mercado ao mesmo tempo que procedeu a uma renovação profunda das suas duas principais ferramentas electrónicas de negociação e de clearing, preparou-se para uma nova era de funcionamento empresarial, não só no futuro contexto do conjunto de empresas que constituem o Operador do Mercado Ibérico – OMI, mas, também, porque viu terminado, a 31 de Dezembro de 2010, o apoio financeiro, até agora recebido, da parte dos consumidores portugueses de electricidade.

No mercado da electricidade e em termos do balanço anual de 2010, é de realçar o forte aumento de cerca de 60% do volume negociado em contínuo relativamente a 2009, atingindo o valor anual de 25,2 TWh. O volume de clearing atingiu 55,3 TWh, tendo, no registo de operações bilaterais, aumentado quase 48% face ao ano transacto. A esta evolução não foi alheio o facto de se terem mantido três *Market Makers* a desenvolver operações de fomento: EGL España, Deutsche Bank e Citigroup. No final de 2010, havia 44 Membros, que compreendem entidades através da Europa, variando desde as maiores empresas do sector energético até sociedades mais pequenas de cariz regional.

No mercado do gás natural, o OMIP estendeu as suas actividades, desenvolvendo e apoiando a gestão de uma plataforma para funções de apoio ao Gestor do Processo de Mudança de Comercializador.

No campo do desenvolvimento de novas ferramentas, é de realçar que a partir de meados de 2010 está em operação uma nova plataforma de negociação – o GlobalVision Exchange Trading System que cobre todas as actividades de negociação e, ainda, o registo de negociação bilaterais. Para o clearing foi desenvolvida uma nova plataforma – a MiClear, que suporta todas as actividades de registo, clearing, liquidação e gestão de risco de negócios de derivados.

Em termos da constituição do OMI, a grande missão, na qual o OMIP continuou a investir em 2010, foi a da integração dos dois actuais pólos de operação do mercado ibérico de electricidade. Neste contexto, o OMIP passou a ser detido a 100% pelo OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (OMIP SGPS), sociedade para a qual transferiu a participação de 10% que detinha no OMEL, dando, assim, início à concretização do esquema empresarial definido pelos dois países no Acordo de Braga, de 18 de Janeiro de 2008. Paralelamente, iniciaram-se reuniões de trabalho entre os dois operadores tendentes à identificação de sinergias, que o OMIP e o OMEL poderão explorar em conjunto.

A terminar direi que, enquanto nos focaremos na evolução dos mercados ibérico e europeu de electricidade e de gás natural, prosseguiremos uma política de aumento da eficiência empresarial num novo contexto de financiamento de actividades e de captação de sinergias no seio do OMI.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011

José Carvalho Netto

*Presidente do Conselho de Administração*

---

<sup>1</sup> OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português, Sociedade Gestora de Mercado Regulamentado, S.A.).

<sup>2</sup> OMIClear - Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S.A..

## 2. O Exercício de 2010

### 2.1. Enquadramento

O Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), iniciativa conjunta dos Governos da República Portuguesa e do Reino de Espanha, visa a construção de um mercado regional coerente e facilitador de outro muito mais amplo: o Mercado Interno da Energia.

Ambos os Estados designaram o OMIP como a entidade gestora dos mercados a prazo, em paralelo com o OMEL<sup>3</sup>, a quem foi atribuída a função de entidade gestora dos mercados diário e intra-diário.

É nessa qualidade que o OMIP, sociedade constituída em Junho de 2003, assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL, conjuntamente com a OMIClear, constituída em Abril de 2004 e detida na totalidade pelo OMIP, a qual desempenha as funções de Câmara de Compensação com assunção de Contraparte Central e de Sistema de Liquidação das operações realizadas no Mercado.

O OMIP, cujas operações se iniciaram em 3 de Julho de 2006, actua ao abrigo da legislação portuguesa, sendo, nesse âmbito, reconhecido como entidade gestora de um mercado regulamentado registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Tal enquadramento incide, também, sobre a OMIClear, que, nesse âmbito, está também reconhecida como entidade gestora de câmara de compensação com assunção de contraparte central e de sistema de liquidação.

Nos termos do Acordo Internacional que criou o MIBEL<sup>4</sup>, a sua supervisão está a cargo de um Conselho de Reguladores, composto pelos reguladores sectoriais do sector financeiro (CMVM<sup>5</sup> e CNMV<sup>6</sup>) e do sector eléctrico (ERSE<sup>7</sup> e CNE<sup>8</sup>).

### 2.2. Organização

O OMIP assume como missão fundamental a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL. Por sua vez, a OMIClear tem como missão primordial assegurar a entrega dos negócios registados junto de si.

A estrutura organizacional foi desenhada de forma a otimizar os recursos atribuídos a cada sociedade, maximizando a sua eficiência. Centrada nas actividades nucleares de cada uma das empresas – a negociação para o OMIP e a compensação para a OMIClear – a estrutura dispõe de um conjunto de actividades partilhadas que tanto geram como suportam oportunidades de negócio, conforme esquematizado na Figura 1.

<sup>3</sup> OMEL – Operador del Mercado Ibérico de Energía - Polo Español, S.A..

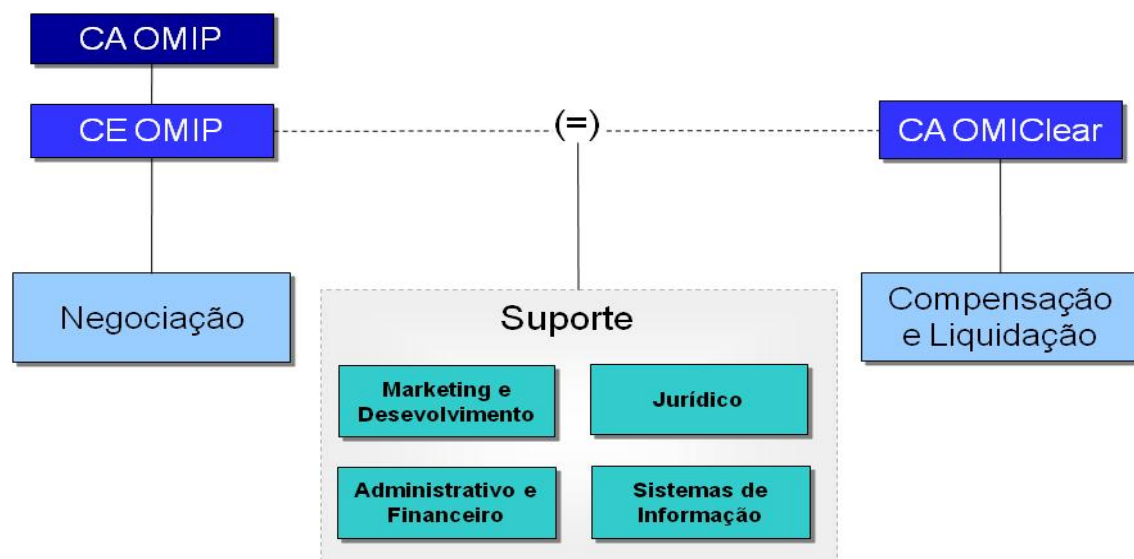
<sup>4</sup> Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à Constituição de um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica, assinado em Santiago de Compostela em 1 de Outubro de 2004, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 23/2006, de 19 de Janeiro e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 29/2006, de 5 de Março, publicados no Diário da República, 1ª série-A, n.º 59, de 23 de Março de 2006 alterado pelo Acordo Que Revê o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha Relativo à Constituição de Um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica, assinado em Braga em 18 de Janeiro de 2008, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 17/2009, de 16 de Janeiro e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 21/2009, de 11 de Março, publicados no Diário da República, 1ª série, n.º 53, de 23 de Março de 2009.

<sup>5</sup> Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

<sup>6</sup> Comisión Nacional del Mercado de Valores.

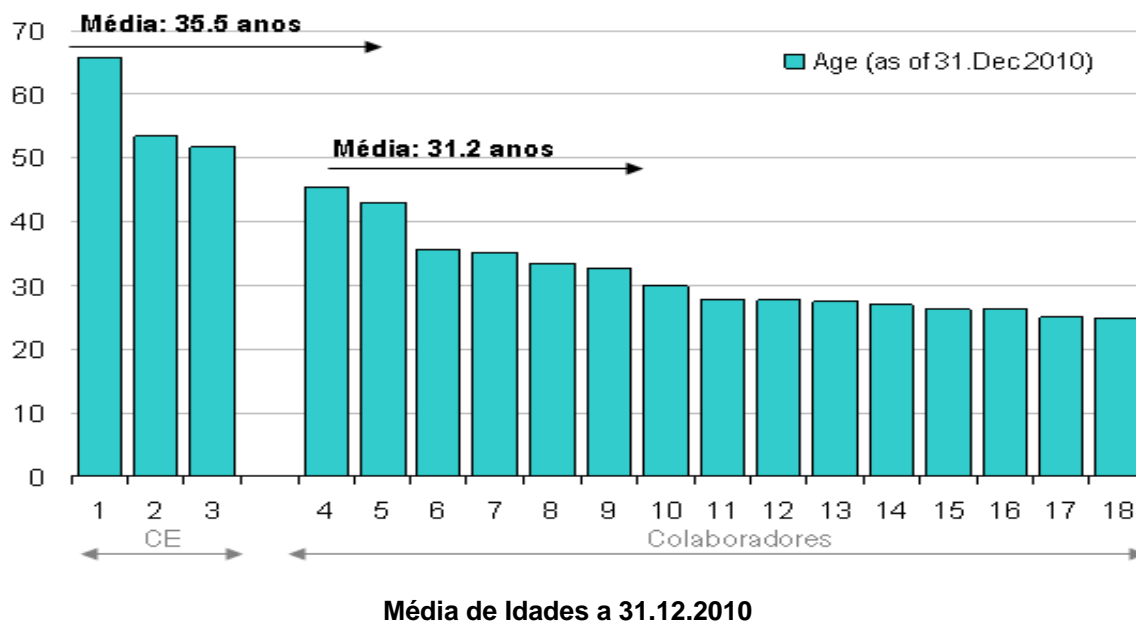
<sup>7</sup> Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

<sup>8</sup> Comisión Nacional de Energía.



**Figura 1 – Unidades Organizativas OMIP / OMIClear**

A 31 de Dezembro de 2010, contam-se 14 colaboradores (oito mulheres e sete homens)<sup>9</sup>, com uma idade média de 31 anos, cobrindo toda a cadeia de valor, desde a geração até à liquidação dos negócios. Acrescem a este número os três membros da Comissão Executiva do OMIP, que, igualmente, formam o Conselho de Administração da OMIClear.

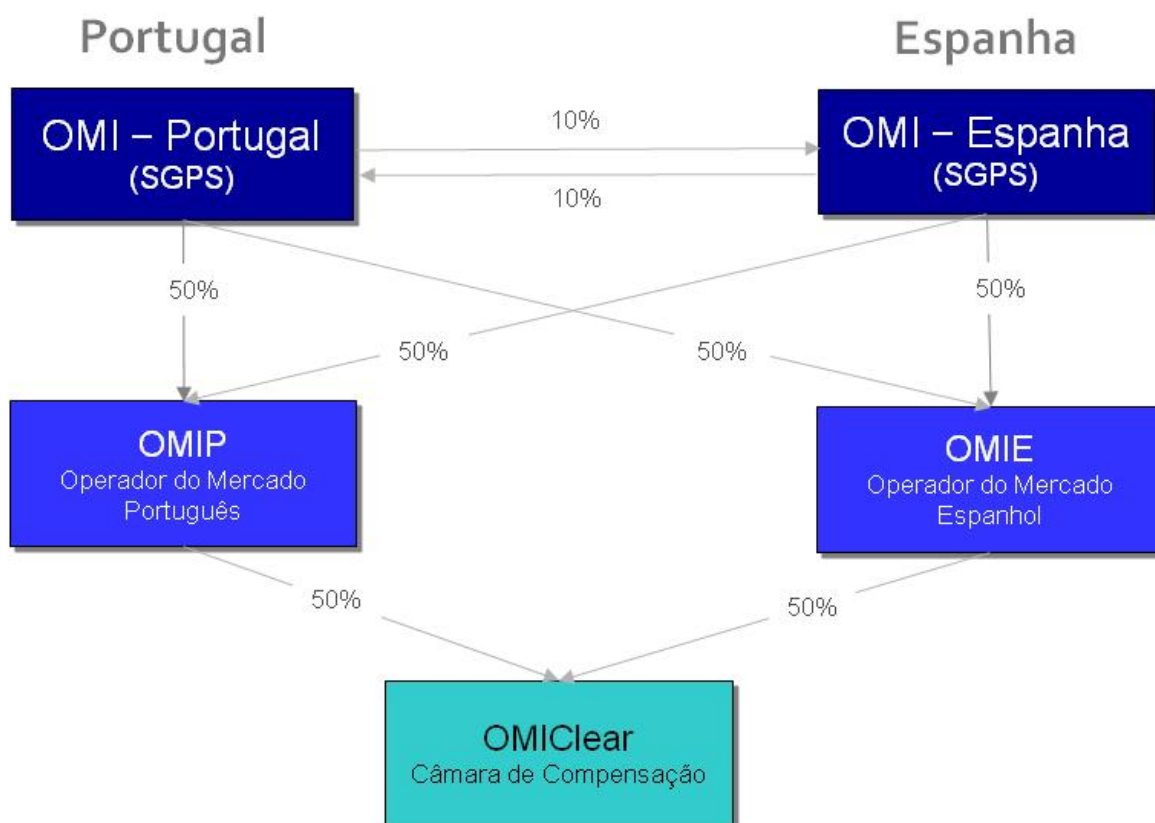


<sup>9</sup> Inclui uma colaboradora, cujo vínculo contratual é com o OMIP SGPS, mas que também exerce funções no OMIP e na OMIClear.

### 2.3. OMI

Os Governos de Portugal e Espanha validaram na XXIII Cimeira Luso-Espanhola que teve lugar em Braga a 17 e 18 de Janeiro de 2008, o modelo subjacente à integração dos dois pólos do MIBEL (OMIP e OMEL), no OMI, tendo para o efeito sido aprovadas alterações ao Acordo Internacional que criou o MIBEL<sup>10</sup>, em particular ao artigo 4.º, o qual passou a prever no seu número 1 que o OMI “será constituído por duas sociedades gestoras de participações sociais, com sedes respectivamente em Portugal e em Espanha e participações cruzadas de 10 % e que ambas as sociedades deterão 50 % de cada uma das sociedades gestoras dos mercados...”. Na Figura 2 ilustra-se o modelo acordado.

Na XXIV Cimeira Luso-Espanhola, que decorreu em Zamora (Espanha) a 22 de Janeiro de 2009, procurou-se dar novo impulso ao MIBEL, em particular, no que concerne à integração dos dois operadores de mercado, tendo ainda sido indicado o nome do primeiro Presidente dos Conselhos de Administração das sociedades operadoras de mercado.



**Figura 2 – Organograma do OMI**

Para dar cumprimento ao disposto na norma acima citada, a REN<sup>11</sup>, então enquanto titular de 90% das acções representativas do OMIP, constituiu em 16 de Setembro de 2010, em situação de

<sup>10</sup> Cfr. *supra* nota 6.

<sup>11</sup> REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A..

domínio total inicial<sup>12</sup>, a sociedade OMIP SGPS, para assumir as funções de sociedade gestora de participações sociais com sede em Portugal.

De modo a avançar na criação da estrutura jurídica e societária do OMI, em 26 de Novembro de 2010, o OMIP destacou para o OMIP SGPS a participação de 10% que detinha no OMEL<sup>13</sup>. Deste modo, ficou feita a troca de participações ao nível das duas sociedades *holding*<sup>14</sup>.

Finalmente, em 21 de Dezembro de 2010, os accionistas da sociedade REN e OMEL participaram num aumento de capital em espécie do OMIP SGPS, tendo dado como entrada a totalidade das acções representativas do capital social do OMIP que detinham, respectivamente 90% e 10%<sup>15</sup>. Desta forma, o OMIP SGPS passou a deter o OMIP em 100%.

Para facilitar o processo e possibilitar a captação de sinergias no âmbito do OMI, no final do ano, foi constituída uma sucursal da OMIClear em Espanha.

A par dos aspectos relacionados com o rearranjo institucional, o ano de 2010 representou o quarto ano completo de actividade das sociedades OMIP e OMIClear, no desempenho das funções cometidas ao pólo português do Operador do Mercado Ibérico de Electricidade.

## 2.4. Outros aspectos

O exercício de 2010 ficou ainda marcado pela:

- Entrada em vigor, a 1 de Junho de 2010, das alterações ao Código de Ética, resultado de um processo maturado e dialogado com os Participantes no Mercado e cuja principal modificação residiu, precisamente, no facto de estes passarem a estar abrangidos pelas disposições do Código;
- Modificação do objecto social da OMIClear, tendo em vista o alargamento do seu âmbito de actuação, em particular, para possibilitar alargar a prestação de serviços a todos os mercados do MIBEL;
- Entrada funcionamento de um novo sítio Internet<sup>16</sup>;
- Admissão, após um escrutinado processo, da OMIClear à EACH<sup>17</sup>, associação que agrega as principais câmaras de compensação registadas na Europa e que tem como objectivos principais discutir e analisar técnicas e desenvolvimentos em todos os aspectos relacionados com a actividade das câmaras de compensação;
- Participação regular nas actividades desenvolvidas e nas reuniões que os vários grupos de trabalho e comités da EuroPEX<sup>18</sup>, APEX<sup>19</sup> e EACH mantiveram durante o ano.

Em resumo, 2010 foi mais um ano de consolidação, tanto da actividade operacional, com notória repercussão no crescimento dos volumes negociados, como da marca OMIP/OMIClear como a

<sup>12</sup> Em 19 de Novembro de 2010, o OMEL entrou na estrutura accionista do OMIP SGPS passando a deter desde então 10% das acções representativas do capital social daquela sociedade.

<sup>13</sup> Mediante a aprovação de um projecto de cisão-fusão, o qual teve por objecto o destaque da unidade de negócios autónoma correspondente à actividade de gestão da participação social detida no OMEL.

<sup>14</sup> Do lado espanhol, o OMEL ficará como sociedade gestora de participações sociais, encontrando-se em curso um processo de destaque de actividade para a sua participada OMIE (OMI – Polo Español, S.A.), que assumirá as funções de sociedade gestora dos mercados diário e intradiário.

<sup>15</sup> Nos termos do disposto no número 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro, a referida operação foi autorizada mediante Despacho, precedido de parecer prévio da CMVM; do Membro do Governo responsável pela pasta das finanças.

<sup>16</sup> Acessível em [www.omip.eu](http://www.omip.eu) e [www.omiclear.eu](http://www.omiclear.eu).

<sup>17</sup> Association of European Power Exchanges.

<sup>18</sup> Association of European Power Exchanges.

<sup>19</sup> Association of Power Exchange.

Bolsa dos Derivados Ibéricos de Electricidade, afirmando-se, também, em outros produtos e serviços relacionados com os mercados energéticos<sup>20</sup>.

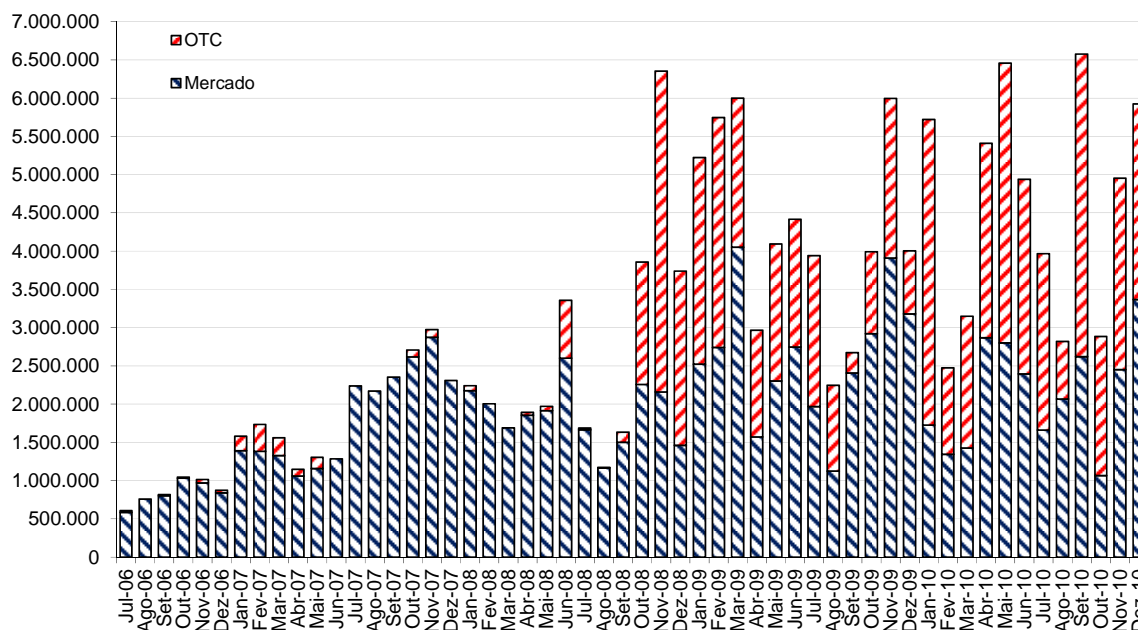
### 3. Mercado de Derivados do MIBEL

A gestão do Mercado de Derivados do MIBEL constitui a função nuclear do Pólo Português, conforme lhe foi atribuído pelo Tratado Internacional de Santiago. Apesar da crescente concorrência, o OMIP e a OMIClear têm-se afirmado como entidades de referência no sector, pelo desenvolvimento de acções e de permanentes esforços de melhoria ao nível da operação, bem como do *marketing* e desenvolvimento do negócio.

Nesse sentido, em 2010, foi prosseguida a estratégia de promoção da liquidez do Mercado de Derivados do MIBEL. Como consequência, os resultados obtidos traduzem uma evolução muito positiva dos principais indicadores de actividade, nomeadamente o número de membros, os volumes e os valores nominais transaccionados, conforme indicado no Quadro 1 e na Figura 3.

	2010	2009
Volume transaccionado (TWh)	55	51
Valor nominal negociado (M€)	2406	2 142
Número de participantes	46	46

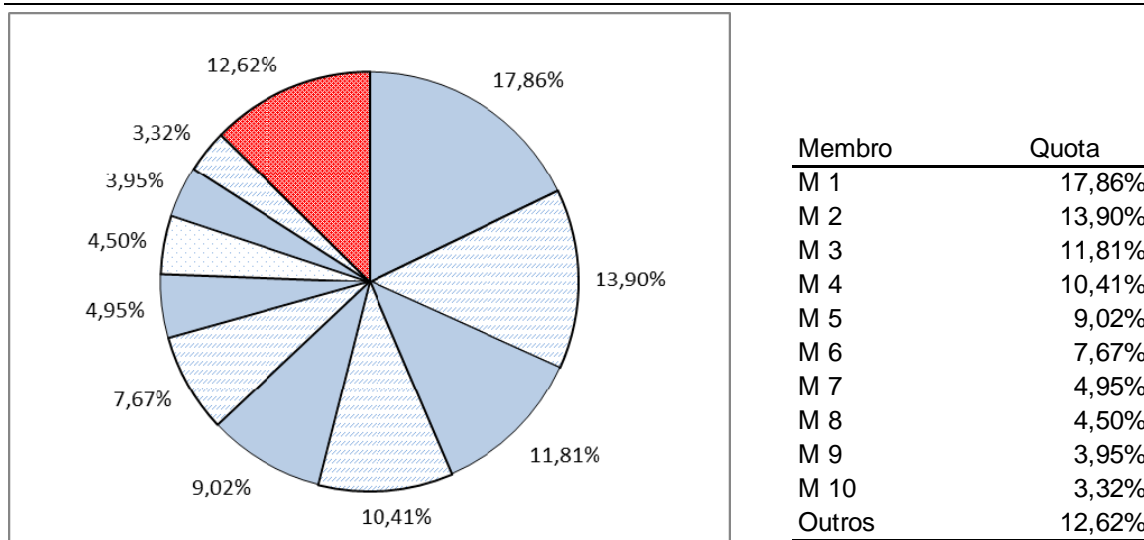
**Quadro 1 – Indicadores de actividade**



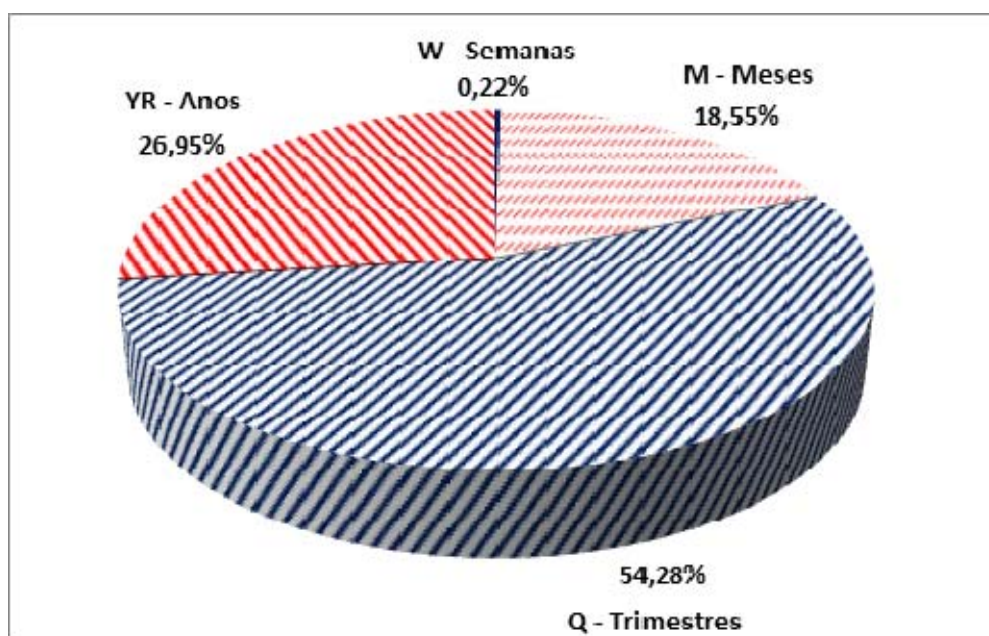
**Figura 3 – Volume de Energia Negociada em Mercado (MWh)**

<sup>20</sup> Cfr. *infra* no texto os Pontos 3 e 4.





**Figura 4 – Quotas de Mercado de Negociação<sup>21</sup>**



**Figura 5 – Peso por Tipo de Contrato Negociado em**

Relativamente a participantes, a 31 de Dezembro de 2010, o Mercado de Derivados do MIBEL contava com 46 entidades nas diferentes modalidades de Membro Negociador (Conta Própria, Conta de Terceiros e Conta Própria e de Terceiros), Intermediário de Operações Bilaterais, Membro Compensador (Geral e Directo), Agente de Liquidação (Física e Financeira).

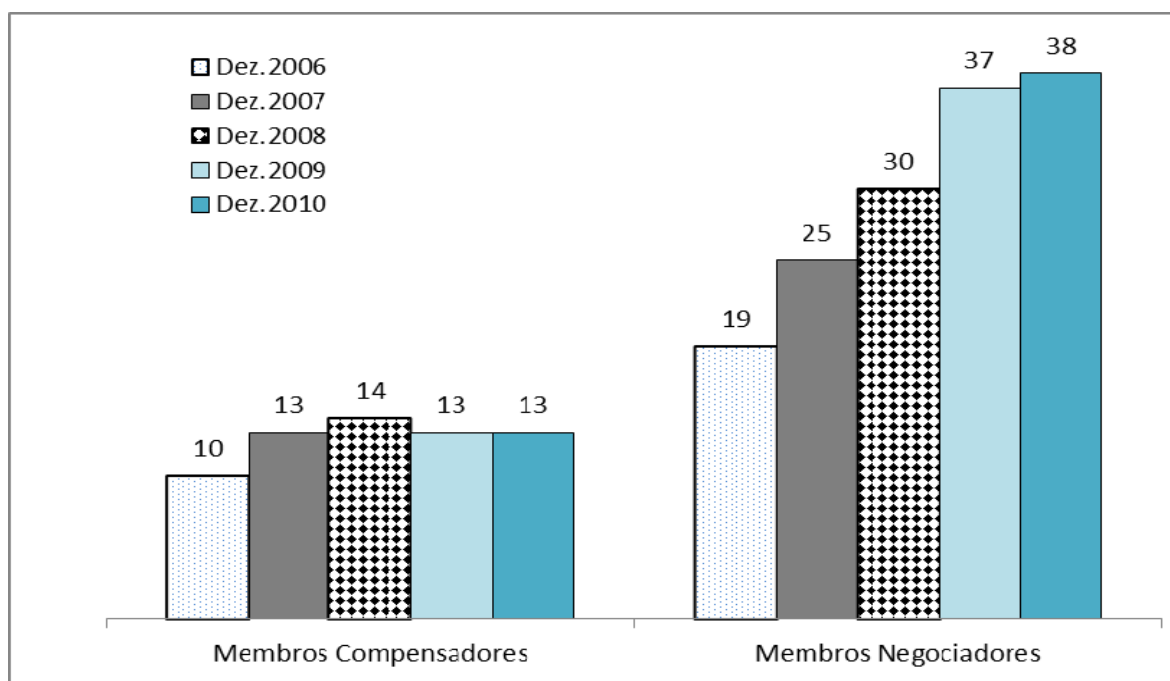
<sup>21</sup> Excluindo comercializadores de último recurso.

Em termos de novos Participantes, no OMIP a ICAP Energy AS e o RBS Sempra Energy Europe España, S.L.U. foram admitidos como Membros Negociadores, respectivamente, a 23 de Abril de 2010 e a 28 de Junho de 2010 e na OMIClear o comercializador espanhol EGL Energía Iberia, S.L. foi admitido como Membro Compensador Directo e Agente de Liquidação Física, respectivamente, a 31 de Março de 2010 e a 15 de Abril de 2010. Durante 2010, a EGL Trading, AG cessou a sua participação como Membro Negociador, a 31 de Março de 2010 e Membro Compensador Directo, a 6 de Abril de 2010.

Origem	Membro Negociador	Membro Compensador Directo	Membro Compensador Geral	Agente de Liquidação Financeira	Agente de Liquidação Física
Espanha	23	6	1	2	17
Portugal	3	0	1	2	2
Reino Unido	7	2	1	0	0
Estados Unidos	0	0	0	0	1
Alemanha	2	1	1	2	0
Suíça	1	0	0	0	1
Noruega	1	0	0	0	1
Bélgica	1	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>22</b>
<b>Ibéricos</b>	<b>26</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>19</b>
<b>Não Ibéricos</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

**Quadro 2 - Participantes no OMIP e OMIClear, no final de 2010**

Este ligeiro acréscimo constitui um sinal positivo sobre a crescente afirmação do OMIP e da OMIClear entre os agentes que actuam na Ibéria.



**Figura 6 – Evolução do Número de Membros OMIP / OMIClear**

Evidencia-se a grande diversidade das proveniências dos participantes: Espanha, Portugal, Reino Unido, Suíça, Alemanha, Bélgica, Noruega e Estados Unidos, conforme ilustrado no Quadro 2 e na Figura 7.

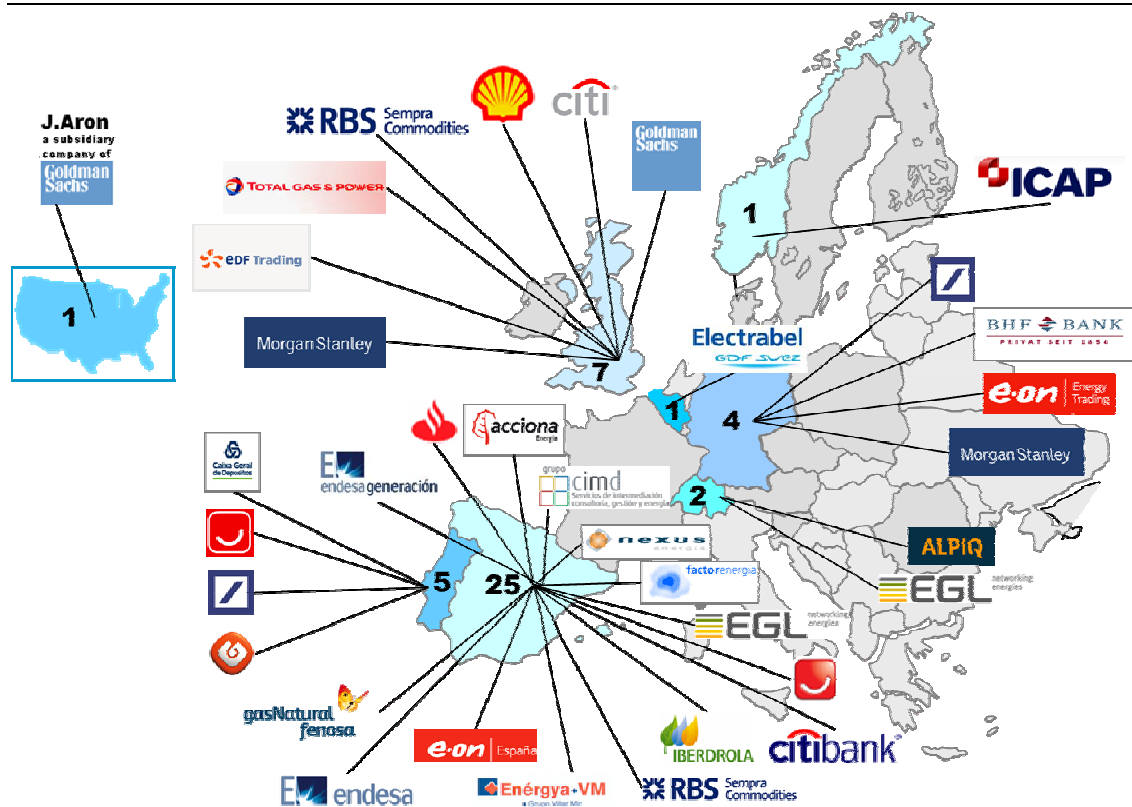
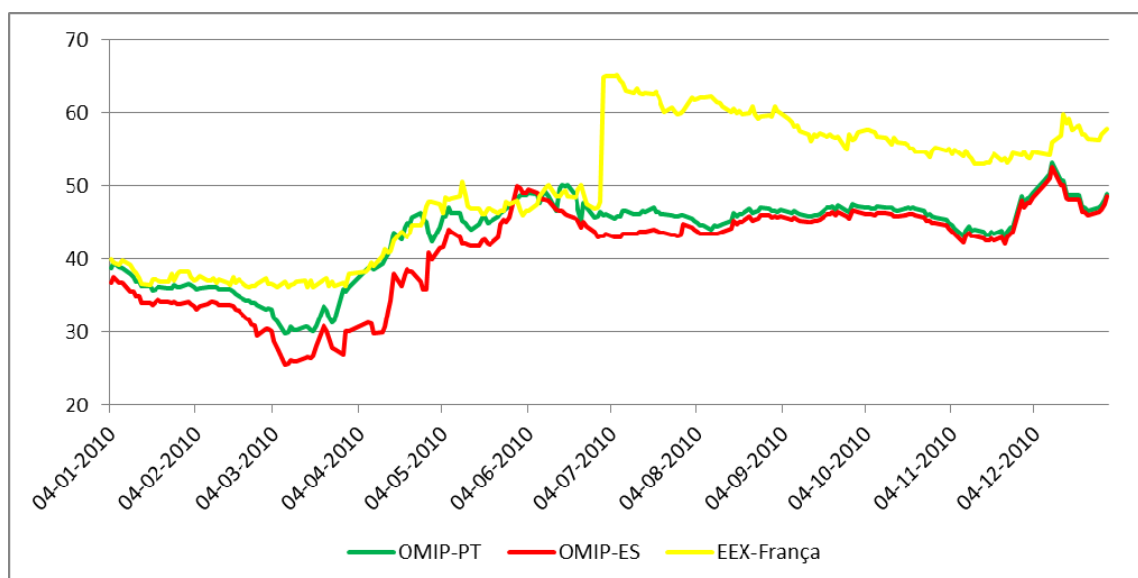


Figura 7 – Origem dos Participantes no OMIP e OMIClear

Empresa	OMIP			OMIClear			
	Membro Negociador Dealer	Membro Negociador broker	OTC Broker	Membro Compensador Directo	Membro Compensador Geral	Agente de Liquidação Financeira	Agente de Liquidação Física
Acciona Green Energy Developments S.L.	▲						
Alpiq Swisstrade Ltd	▲						
Banco Santander. S.A.	▲	▲			▲	▲	
BHF – Bank. AG					▲	▲	
Caixa Geral de Depósitos. S.A.					▲	▲	
CIMD - Sociedad de Valores. S.A.		▲	▲				
Citibank International PLC. Sucursal en España						▲	
Citigroup Global Markets Limited	▲			▲			
Deutsche Bank. AG	▲	▲					
Deutsche Bank (Portugal). S.A.						▲	
EDF Trading Limited	▲						
EDP - Energias de Portugal. S.A.	▲						▲
EDP - Serviço Universal. S.A.	▲						▲
EGL Energia Iberia. S.L.	▲			▲			▲
Electrabel N.V. / S.A.	▲						▲
EGL AG							▲
Endesa Distribución Eléctrica. S.L.	▲						▲
Endesa Energía XXI. S.L.	▲						▲
Endesa Generación. S.A.	▲			▲			▲
Enérgya VM Gestión de Energía S.L.U.	▲						
E.ON Comercializadora de Último Recurso. S.L.	▲						▲
E.ON Distribución. S.L.	▲			▲			▲
E.ON Energy Trading. S.E.	▲			▲			
E.ON Generación. S.L.	▲			▲			▲
Factor Energia. S.A.	▲						▲
Galp Power S.A.	▲						
Gas Natural Electricidad S.A.							▲
Gas Natural SDG. S.A.	▲			▲			▲
Gas Natural S U R SDG. S.A.	▲						▲
Goldman Sachs International	▲	▲		▲			
HC Natargas Comercializadora de Último Recurso. S.A	▲						▲
Hidrocantábrico Distribución Eléctrica. S.A.	▲						▲
Hidroeléctrica del Cantábrico. S.A.	▲						▲
Iberdrola Comercialización de Último Recurso S.A.U.	▲						
Iberdrola Distribución Eléctrica S.A.U.	▲						▲
Iberdrola Generación S.A.U.	▲			▲			▲
ICAP Energy. AS		▲	▲				
J. Aron & Company							▲
Morgan Stanley Bank. AG						▲	
Morgan Stanley & Co. International Limited	▲				▲		
Nexus Energía. S.A.	▲						
RBS Sempra Energy Europe	▲						
RBS Sempra Energy Europe España. S.L.	▲						
Shell Energy Europe Limited	▲						
Total Gas & Power Limited	▲						
Unión Fenosa Distribución S.A.	▲						▲

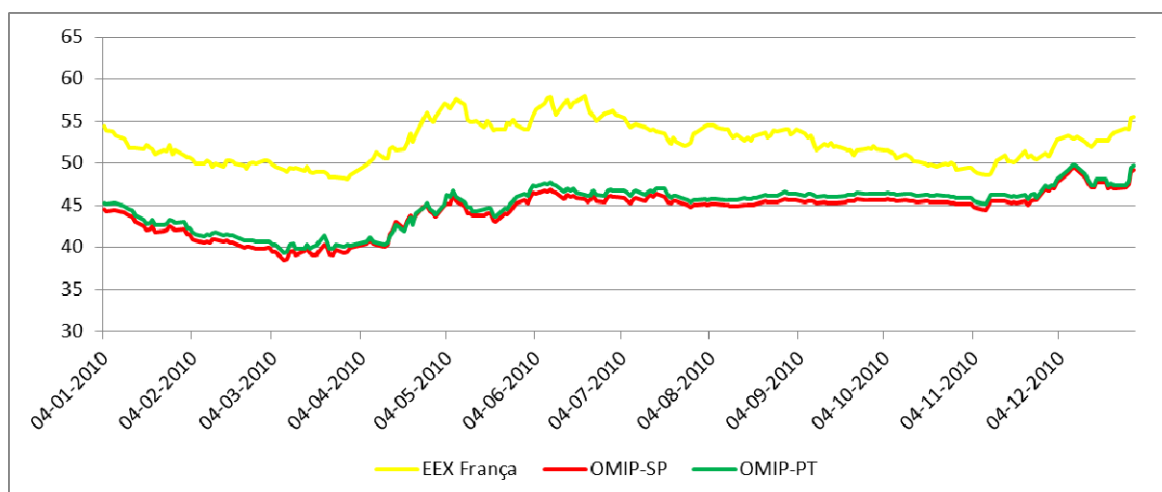
**Quadro 3 – Membros e Agentes de Liquidação OMIP / OMIClear (Dez.2010)**

No que respeita aos preços dos contratos negociados no Mercado de Derivados do MIBEL (zonas portuguesa e espanhola), em particular no caso dos trimestres, cuja evolução se apresenta na Figura 8, verificaram-se três tendências ao longo do ano. Até finais de Maio, mantiveram-se as diferenças de preços que vinham do ano anterior, situação que se inverteu durante o mês de Junho, sendo que desde o verão até final da série, o *spread* se estreitou a mínimos históricos, desde que os contratos sobre a zona portuguesa do MIBEL foram listados em 1 de Julho de 2010. Já no caso do contrato respeitante ao ano 2010, cuja evolução se apresenta na Figura 9, a correlação e equiparação de preços entre Portugal e Espanha foi manifestamente mais evidente.



**Figura 8 – Evolução do Preço do Primeiro Contrato Trimestral em Negociação (€/MWh)**

Salienta-se, ainda, o facto de os preços no MIBEL terem sido sistematicamente inferiores aos verificados em França, tendo a diferença entre os respectivos preços da zona espanhola do MIBEL e de França, no contrato anual para 2011, atingido o valor máximo de 13,50 €/MWh, em 30 de Abril de 2010 e de 21,98 €/MWh, em 05 de Julho de 2010, para o contrato terceiro trimestre.



**Figura 9 – Evolução do Preço do Contrato 2010 em Negociação (€/MWh)**

Os resultados apresentados anteriormente basearam-se numa estratégia de reforço sustentado do Mercado de Derivados do MIBEL, bem como de diversificação dos produtos e serviços prestados. Nesse sentido, são de destacar os seguintes projectos e iniciativas:

- Continuação de uma forte aposta em acções de marketing junto dos participantes e potenciais interessados com o objectivo de promover a imagem do OMIP e da OMIClear como operadores de referência no âmbito dos produtos a prazo do MIBEL;
- Contratação de licença de utilização de um sistema de negociação de referência no mercado europeu da energia, o qual passou a ser utilizado a partir de 1 de Julho de 2010<sup>22</sup>;
- Especificação funcional, desenvolvimento (adjudicado a um fornecedor externo) e entrada em produção, a 1 de Julho de 2010, de uma nova plataforma de compensação e liquidação, designada MiCclear, cuja propriedade pertence à OMIClear e que se encontra ao nível das melhores soluções tecnológicas existentes no mercado;
- Tendo em vista cobrir segmentos de mercado mais específicos, listaram-se a partir de 20 de Janeiro de 2010, para negociação e registo de operações bilaterais, contratos de futuros (com ajustes diários de ganhos e perdas) de carga ponta sobre a Zona Espanhola do MIBEL, com entrega financeira e entrega física;
- Programa de aquisição de contratos de energia do comercializador de último recurso português<sup>23</sup> mediante realização de leilões, entre Janeiro e Julho de 2010, para fornecimento a tarifa regulada a clientes finais;
- Continuação da política de fomento da participação de Criadores de Mercado, alargando-se quer o número de *Market Makers* (EGL Energía Iberia, Deutsche Bank e Citigroup, aos quais se viria a juntar a partir de Janeiro de 2011, a Nexus Energía) quer o leque dos produtos cotados, que abrange os dois primeiros meses, trimestres e anos a cada momento listados para negociação;
- A adopção de uma política de “holiday fee” nas comissões de compensação durante o primeiro semestre de 2010, como forma de fidelização dos Participantes;
- Realização de três Comitês de Negociação e Produtos e Compensação e Liquidação (Londres, 5 de Março; Madrid, 27 de Maio e Cascais, 24 de Setembro), nos quais se discutiu e debateu com os Participantes questões atinentes ao Mercado.

## 4. Outras Actividades

### 4.1. Leilões de Venda de Gás Natural

De acordo com a regulamentação aplicável<sup>24</sup>, a GALP<sup>25</sup>, na qualidade de comercializador do SNGN, tem a obrigação de proceder à venda de quantidades excedentárias dos contratos de *take or pay* durante os anos 2009, 2010 e 2011.

Para esse efeito, o OMIP, mediante contrato celebrado com a GALP, foi responsável pelo desenho e realização de leilões de venda de gás natural (*Gas Release Program*), no âmbito da liberalização do respectivo mercado.

Em 8 de Fevereiro de 2009, teve lugar o primeiro leilão, dando o arranque da liberalização do mercado de gás natural em Portugal. Adoptou-se um modelo de “relógio ascendente”, suportado numa plataforma especificamente desenhada e adaptada à função. A quantidade vendida, para ser entregue no ano gás 2009-2010, de 300 milhões de m<sup>3</sup>, destinou-se exclusivamente ao

---

<sup>22</sup> *GlobalVision Exchange Trading System*, desenvolvido pela Trayport Limited.

<sup>23</sup> EDP Serviço Universal, S.A..

<sup>24</sup> V. número 1 do artigo 58.º do Regulamento das Relações Comerciais do Sector do Gás Natural, aprovado pelo Despacho n.º 19 624-A/2006, de 25 de Setembro, com a redacção dada pelo Despacho n.º 4878/2010, de 18 de Março, da ERSE.

<sup>25</sup> Galp Gás Natural S.A..

abastecimento de instalações situadas em território nacional. A participação foi aberta aos comercializadores em regime de mercado e aos clientes elegíveis à época (consumo anual superior a 10 000 m<sup>3</sup>), com exclusão das grandes centrais produtoras de energia eléctrica.

Para o ano gás 2010-2011, devido à falta de procura, o leilão não se viria a realizar.

Muito recentemente, a ERSE aprovou<sup>26</sup> os termos e condições de realização do leilão para o ano gás 2011-2012 e as respectivas regras, o qual tem data prevista de realização a 20 de Abril de 2011<sup>27</sup>.

#### **4.2. Mudança de Comercializador no sector do gás natural**

A REN – Gasodutos, S.A. está encarregue pela ERSE de exercer a função de Gestor do Processo de Mudança de Comercializador (GPMC), no âmbito do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN). Para este fim, contratou o OMIP para assegurar: (i) o desenvolvimento e exploração de uma plataforma informática, que suporte a actividade do GPMC e (ii) o apoio na gestão corrente das actividades do GPMC.

Durante 2010, o OMIP continuou a apostar no desenvolvimento da plataforma e\_Switch, de forma a melhor adaptá-la às necessidades dos vários agentes envolvidos.

Assim, depois de auscultados os agentes e com o aval da ERSE, o GPMC iniciou os trabalhos de desenvolvimento e disponibilização de uma nova versão da Plataforma e\_Switch, assente numa nova versão dos fluxogramas e da especificação funcional, que comportavam alterações significativas ao modo de funcionamento dos processos até à data.

Em consequência disto, em Junho de 2010 a nova versão da Plataforma de mudança foi disponibilizada aos agentes para Testes, quer via solução automática assente na invocação de web services (mais indicada para a gestão das mudanças de comercializador de gás em grande escala), quer através de uma solução via portal Web (funcionamento manual, através da introdução de inputs ou escolha de opções previamente parametrizáveis, ou através de uploads de ficheiros).

#### **4.3. Apoio ao Lançamento da Actividade da Entidade Emissora de Garantias de Origem (EEGO)**

De acordo com o Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de Março, foi a REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., enquanto concessionária da Rede Nacional de Transportes (RNT), designada como entidade responsável pela emissão das garantias e certificados de origem referentes à electricidade produzida em cogeração.

Nesse âmbito, a REN - Rede Eléctrica Nacional contratou o OMIP para prestar (i) apoio no desenho do modelo de implantação da actividade da EEGO e (ii) assessoria nas actividades associadas à elaboração do Manual de Procedimentos da EEGO, no qual se detalha o modo de funcionamento desta entidade e os requisitos a observar pelas entidades participantes.

Este processo deverá ter continuidade no decurso de 2011, com o desenvolvimento e a exploração de uma plataforma informática de suporte à actividade da EEGO.

#### **4.4. Apoio à Implementação do Regime de Interruptibilidade**

O número 3 do artigo 1.º da Portaria n.º 592/2010, de 29 de Julho, determina que o serviço de interruptibilidade é gerido pela REN - Rede Eléctrica Nacional, enquanto operador da rede nacional de transporte de electricidade. Para esse efeito, foi celebrado contrato com o OMIP, nos termos do qual esta sociedade seria responsável pelo apoio na implementação do Regime de

---

<sup>26</sup> V. Despacho n.º 3454/2011, de 21 de Fevereiro, da ERSE.

<sup>27</sup> Cfr. número 1 do artigo 27.º do Despacho citado na nota anterior.



Interruptibilidade, no âmbito da gestão e eficiência da procura de alternativas à construção e à exploração de novos centros electroprodutores com vista a flexibilizar a operação do sistema e contribuir para a segurança de abastecimento e desenvolvimento da comercialização em regime livre.

O âmbito primordial dos serviços a prestar pelo OMIP consiste no apoio ao registo e contratação dos clientes interruptíveis, complementado com assessoria na emissão da facturação do serviço de interruptibilidade e desenvolvimento do software que permita a gestão da informação individual de cada cliente, assim como a determinação da respectiva remuneração mensal e respectiva facturação.

O primeiro Contrato de Adesão ao Regime de Interruptibilidade foi outorgado em 1 de Janeiro de 2011, dando o arranque do serviço de interruptibilidade em Portugal pela primeira vez regulamentado a nível ibérico.

A participação foi aberta a todos os consumidores de electricidade em MAT, AT e MT que contratem a sua energia directamente no mercado organizado ou de contratação bilateral ou através de comercializadores não regulados e que ofereçam um valor de potência máxima interruptível não inferior a 4MW, para todos os tipos de interruptibilidade, com exclusão de qualquer empresa ou sociedade que desenvolva uma actividade que inclua serviços essenciais em que a aplicação do serviço de interruptibilidade possa pôr em risco a segurança das pessoas ou bens.

## 5. Perspectivas

Por tudo o que atrás ficou referido, 2011 é o ano da concretização do esquema empresarial decidido pelos dois países, em Braga, em Janeiro de 2008, e, portanto, o do começo do funcionamento do OMI. Mas, para além deste aspecto institucional, 2011 afigura-se como desafiante para a operacionalidade do referido esquema.

Primeiro, ao nível da actividade operacional porque:

- O actual contexto de continuada liberalização dos mercados com a abolição de algumas tarifas finais de venda a clientes de electricidade, abre possibilidades de progressão no *core business* do Grupo;
- A continuação do actual ciclo de crise económica e financeira continuará a abrir oportunidades de negócio, em especial o aumento da procura de soluções de cobertura de risco, surgindo a OMIClear como a principal referência e recurso no que concerne à compensação das operações realizadas fora de bolsa, de molde a eliminar os riscos de contraparte e de crédito;
- A crescente actividade negociadora inserida na estratégia de Participantes, que são empresas do sector financeiro;
- A constituição de uma sucursal em Espanha da OMIClear para captação de sinergias no seio do OMI aumenta fortemente a probabilidade, não só de crescimento da actividade em Espanha mas, também, da captação de novos Membros;
- O desempenho do OMIP, já publicamente reconhecido, em outras actividades, designadamente, no sector do gás natural em Portugal, permite a legítima expectativa da sua expansão, bem como capacidade para o início de outras.

Em suma, em termos de desenvolvimento do negócio, o OMIP e a OMIClear continuarão a procurar ir ao encontro e dar cabal resposta, a todas as necessidades dos seus Membros, conduta que assume capital importância num cenário expectável de maior exposição e pressão concorrencial.



Segundo, no plano institucional porque o processo de integração em curso implica alterações substanciais, que passarão (i) pela constituição de um Conselho de Administração e de um Comité de Direcção comuns às duas sociedades gestoras de mercado, OMIP e OMIE, (ii) pela alienação ao OMIE de metade das acções representativas do capital social da OMIClear, e (iii) pelas questões associadas ao plano de negócios e ao financiamento do OMI.

Em termos de cooperação internacional, no âmbito da EuroPEX e da EACH, respectivamente o OMIP e a OMIClear, continuarão a participar activamente nas actividades desenvolvidas, foros onde acompanharão as principais iniciativas legislativas em curso<sup>28</sup>, as quais, uma vez aprovadas, impactarão nas actividades geridas pelas sociedades.

## 6. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, nos termos e para os efeitos do Artigo 25.º dos Estatutos da Sociedade, considerando: (i) o número 2 do artigo 5º do Regulamento da CMVM n.º 4/2007, que preceitua não deverem ser distribuídos dividendos enquanto os fundos próprios não atingirem o dobro do capital social mínimo exigível às entidades gestoras, nem quando, por força dessa distribuição, ficarem abaixo desse limite; (ii) que os capitais próprios do OMIP a 31 de Dezembro de 2010 são de 3 955 411 Euros e (iii) que o capital social é de 2 500 000 Euros, deliberou propor que o Resultado Líquido do Exercício de 2010, no valor positivo de 15 735 Euros, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	1 573,50 Euros <sup>29</sup>
Para Resultados Transitados	14 161,46 Euros

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração,

*José Isidoro D'Oliveira Carvalho Netto*

*Jorge Fernando da Silva Simão*

*Paulo Martins de Sena Esteves*

*João Manuel de Castro Plácido Pires*

*OMEL – Operador del Mercado Iberico de Energia Polo Español, S.A. (D. Pedro Mejía Gómez)*

<sup>28</sup> EMIR, REMIT, revisão da DMIF.

<sup>29</sup> O número 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro, estabelece que uma fracção não inferior a 10 % dos lucros líquidos apurados em cada exercício pelas sociedades gestoras de mercado regulamentado deve ser destinada à constituição de reserva legal até ao limite do capital social.

## 7. Accionistas, Órgãos Sociais, Comissão de Ética e Participadas

### Accionista

OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (100%) <sup>30</sup>

### Órgãos Sociais (Triénio 2009 – 2011) <sup>31</sup>

#### Mesa da Assembleia–Geral

Dra. Maria Elvira Teixeira Borges	Presidente
Dr. Nuno Miguel da Silva Alves do Rosário	Vice–Presidente
Dra. Ana Paula Boazinha Fernandes Antão Cerqueira	Secretária

#### Órgão de Fiscalização/Fiscal Único

Dr. Luís Borges da Assunção (ROC)	Efectivo
João Alberto Monarca Pires, Unipessoal, Lda. (SROC) <sup>32</sup>	Suplente

#### Conselho de Administração

Eng. José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto	Presidente
Eng. Jorge Fernando da Silva Simão	Vogal
Eng. Paulo Martins de Sena Esteves	Vogal
Eng. João Manuel de Castro Plácido Pires <sup>33</sup>	Vogal
OMEL – Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A. (D. Pedro Mejía Gómez)	Vogal

#### Comissão Executiva

Eng. José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto	Presidente
Eng. Jorge Fernando da Silva Simão	Vogal
Eng. Paulo Martins de Sena Esteves	Vogal

#### Comissão de Ética

Prof. Doutor João Luís Correia Duque	Presidente
Eng.º Angel Landa López de Ocariz	Vogal
Dr. Fernando Conceição Nunes	Vogal
Prof. Dr. Eng.º João José Esteves Santana	Vogal
Dr. Eng.º Ramon Fernandez Ferro	Vogal

<sup>30</sup> Em 21 de Dezembro de 2010, para dar cumprimento ao disposto no Acordo Internacional, conforme já referido no texto, os anteriores accionistas REN e OMEL, que detinham respectivamente 90% e 10% das acções representativas do capital social da sociedade, participaram num aumento de capital em espécie da sociedade OMIP SGPS, para a qual transmitiram a totalidade das acções que detinham no OMIP.

<sup>31</sup> Situação a 31 de Dezembro de 2010.

<sup>32</sup> Até 26 de Maio de 2009, altura em que constituiu a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas pessoa colectiva, o Dr. João Alberto Monarca Pires exerceu o cargo como Revisor Oficial de Contas pessoa singular.

<sup>33</sup> Cooptado em 30 de Março de 2010, no seguimento da renúncia apresentada pelo Vogal Eng. João Caetano Carreira Faria Conceição apresentada em 24 de Março de 2010.

---

## **8. Participadas**

OMIClear - Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S.A. -  
Participação de 100% no capital social de 3 000 000,00 Euros.

## 9. Demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2010

### Balanço individual

		Unidade: Euros	
	Nota	31-12-2010	31-12-2009
<b>Activo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	292.204	190.251
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	6	3.053.444	3.047.711
Participações financeiras - outros métodos	1	-	1.033.323
Outras contas a receber	9	438.148	-
Activos por impostos diferidos	7	90.700	40.565
		<b>3.874.496</b>	<b>4.311.850</b>
<b>Corrente</b>			
Clientes		46.109	22.086
Estado e outros entes públicos	8	8.787	12.967
Outras contas a receber	9	223.490	463.104
Diferimentos		15.689	16.745
Caixa e depósitos bancários	4	830.033	841.188
		<b>1.124.108</b>	<b>1.356.090</b>
<b>Total do activo</b>		<b>4.998.604</b>	<b>5.667.940</b>
<b>Capital próprio</b>			
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital</b>			
Capital realizado	10	2.500.000	2.500.000
Prémio de emissão	1	1.193.711	2.233.323
Reservas legais	11	17.246	16.184
Resultados transitados		228.718	219.153
		<b>3.939.676</b>	<b>4.968.660</b>
Resultado líquido do período		15.735	10.628
		<b>3.955.411</b>	<b>4.979.287</b>
Interesses minoritários		-	-
<b>Total do capital próprio</b>		<b>3.955.411</b>	<b>4.979.287</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Passivos por impostos diferidos	7	116.109	73.144
Outras contas a pagar	12	153.076	153.076
		<b>269.185</b>	<b>226.220</b>
<b>Corrente</b>			
Fornecedores	12	208.447	314.802
Estado e outros entes públicos	8	50.957	26.832
Accionistas / sócios		-	9.557
Outras contas a pagar	12	503.093	99.731
Diferimentos		11.511	11.511
		<b>774.008</b>	<b>462.433</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.043.193</b>	<b>688.653</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>4.998.604</b>	<b>5.667.940</b>

## Demonstração individual dos resultados

	Nota	Unidade: Euros	
		31-12-2010	31-12-2009
Vendas e prestação de serviços	13	2.579.081	2.695.905
Ganhos/ perdas inputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6	5.733	7.689
Fornecimentos e serviços externos	14	-986.265	(1.072.158)
Gastos com o pessoal	15	-976.392	(953.217)
Outros rendimentos e ganhos		62.710	165.127
Outros gastos e perdas	16	-555.234	(697.010)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>129.635</b>	<b>146.336</b>
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização		-110.064	(176.282)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>19.571</b>	<b>(29.945)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	17	4.656	57.834
Juros e gastos similares suportados	17	-5.166	(1.894)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>19.060</b>	<b>25.994</b>
Imposto sobre o rendimento do período	18	-3.325	(15.367)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>15.735</b>	<b>10.628</b>

## Demonstração das alterações dos capitais próprios

	Capital próprio atribuído aos detentores de capital					Total
	Capital Social	Prémios de Emissão	Reserva Legal	Resultados Acumulados	Resultado Exercício	
<b>A 1 de Janeiro de 2009</b>	<b>2.500.000</b>	<b>2.233.323</b>	<b>13.951</b>	<b>207.992</b>	<b>22.323</b>	<b>4.977.589</b>
Total do rendimento do período	-	-	-	-	10.628	<b>10.628</b>
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(8.929)	<b>(8.929)</b>
Aumento por aplicação de resultados	-	-	2.233	11.161	(13.394)	-
<b>A 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>2.500.000</b>	<b>2.233.323</b>	<b>16.184</b>	<b>219.153</b>	<b>10.628</b>	<b>4.979.288</b>

	Capital próprio atribuído aos detentores de capital					Total
	Capital Social	Prémios de Emissão	Reserva Legal	Resultados Acumulados	Resultado Exercício	
<b>A 1 de Janeiro de 2010</b>	<b>2.500.000</b>	<b>2.233.323</b>	<b>16.184</b>	<b>219.153</b>	<b>10.628</b>	<b>4.979.288</b>
Total do rendimento do período	-	-	-	-	15.735	<b>15.735</b>
Diminuição por investimento		(1.039.612)				<b>(1.039.612)</b>
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Aumento por aplicação de resultados	-	-	1.063	9.565	(10.628)	-
<b>A 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>2.500.000</b>	<b>1.193.711</b>	<b>17.247</b>	<b>228.718</b>	<b>15.735</b>	<b>3.955.411</b>

## Demonstração dos fluxos de caixa

	Dezembro de 2010	Dezembro de 2009
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes	3.002.978	1.063.642
Pagamentos a fornecedores	-1.782.935	(2.139.692)
Pagamentos ao pessoal	-938.905	(974.025)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>281.139</b>	<b>(2.050.075)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	68.587	-
Outros recebimentos/pagamentos	-329.519	1.984.935
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>	<b>20.206</b>	<b>(65.140)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	0	-
Dividendos	0	(8.795) (8.795)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	2.396	
Dividendos	0	42.500 42.500
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>	<b>2.396</b>	<b>33.705</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0	-
Juros e rendimentos similares	0 0	5.808 5.808
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-32.474	
Juros de cash pooling	0	-
Juros e gastos similares	-1.284	(8)
Aquisição de acções próprias	0	-
Dividendos	0	- (8)
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>	<b>-33.757</b>	<b>5.800</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	-11.155	(25.635)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	841.188	866.823
Caixa e seus equivalentes no fim do período	830.033	841.188
<b>DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E S/ EQUIVALENTES</b>		
Numerário	1.635	
Dep. bancários imediatam. mobilizáv. e equiv. a caixa		
Descobertos bancários		
Depósitos bancários	328.398	141.188
Depósitos a prazo	500.000	700.000
Outras diponibilidades		
<b>Diponibilidades constantes do Balanço</b>	<b>830.033</b>	<b>841.188</b>

## 10. Anexo às demonstrações financeiras Individuais

### 1 Informação geral

O OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.G.M.R., S.A., foi constituído ao abrigo do Despacho n.º 360/ME/2003, de 6 de Junho, do Senhor Ministro da Economia, tendo a respectiva escritura pública sido assinada em 16 de Junho de 2003.

A sociedade iniciou a sua actividade em 10 de Dezembro de 2003, tendo por objecto a organização e gestão de um sistema de suporte para a realização de transacções e liquidações no âmbito do Mercado Ibérico de Energia, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) a gestão de mercado organizado de contratação de energia a prazo;
- b) a intermediação dos agentes para efeitos de relacionamento comercial no âmbito do Mercado Ibérico de Electricidade;
- c) a gestão de outros mercados de produtos de base energética;
- d) a prestação de serviços de liquidação no âmbito dos mercados organizados de energia;
- e) a prestação de serviços de liquidação para transacções padronizadas em mercados não organizados de energia;
- f) a prestação de serviços de organização de mercados no âmbito da operação do sistema eléctrico.

Devido aos atrasos no arranque do MIBEL – Mercado Ibérico de Electricidade, o OMIP apenas começou a operar em 3 de Julho de 2006.

O capital social do OMIP é de 2 500 000 Euros, representado por 250 000 acções com o valor nominal de 10 Euros cada e em 31 de Dezembro de 2009 era detido em 90% pela REN. SGPS, S.A. E EM 10% PELA OMEL, SA. A partir de 25 de Outubro de 2010 o capital social do OMIP passou a ser detido em 100% pelo OMIP, SGPS, S.A., devido a um projecto de “cisão-fusão” que se realizou mediante destaque, e respectiva incorporação no OMIP SGPS, nos termos do artigo 118.º, n.º 1, alínea c) do CSC, de uma unidade económica autónoma constituída pelos seguintes activos:

- i. Participação social detida pelo OMIP na sociedade de direito espanhol denominada OMEL - Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A., com sede na C/ Alfonso XI, n.º 6, 4.º e 5.º pisos, 28014 Madrid, com o número de contribuinte A-81845414 com o capital social no valor de 1 999 998,00 Euros (um milhão novecentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e oito Euros), registado no Registo Mercantil de Madrid sob o número M-199944, participação essa correspondente a 666.666 (seiscentas e sessenta e seis mil seiscentas e sessenta e seis) acções ordinárias, com o valor nominal de 0,30 Euros (trinta cêntimos de euro) cada, nominativas, com o valor nominal global de 199 999,80 Euros (cento e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove Euros e oitenta cêntimos), representativa de 10% (dez por cento) do capital social do OMEL.
- ii. Elementos patrimoniais adequados ao suporte do exercício da referida actividade, designadamente o activo imobilizado a ela afecto, também identificados no Anexo IV do projecto de “fusão-cisão”.

Os elementos patrimoniais destacados do OMIP e transferidos para o OMIP SGPS encontravam-se contabilizados no OMIP, pelo montante de 1 039 612 Euros, correspondente a:

- i. Participação social no OMEL, incorporada no OMIP SGPS, encontrava-se contabilizada no OMIP pelo valor de 1 033 323,00 Euros (um milhão e trinta e três mil trezentos e vinte e três Euros);
- ii. Os outros elementos patrimoniais a incorporar no OMIP SGPS, discriminados no referido Anexo IV, encontravam-se contabilizados no OMIP pelo valor de 6 288,51 Euros (seis mil, duzentos e oitenta e oito Euros e cinquenta e um cêntimos).

O projecto foi elaborado com obediência aos requisitos de que depende a aplicação do regime especial de neutralidade fiscal, constante dos Artigos setenta e três e seguintes do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, sendo os elementos do activo e do passivo a destacar transferidos pelos valores constantes dos registos contabilísticos no formato relevante para efeito de aplicação daquele normativo fiscal. Para efeitos contabilísticos, os elementos patrimoniais serão contabilizados no OMIP SGPS pelo valor pelo qual os mesmos se encontram registados na contabilidade do OMIP.

O OMIP detém a totalidade do capital da empresa, OMIClear - Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S.A., que tem como objecto social a compensação de operações a prazo, nomeadamente contratos de futuros e opções sobre electricidade.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações do OMIP, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

## **2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1. Base de preparação**

Estas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o principio do custo histórico, constituem as primeiras demonstrações financeiras individuais preparadas pela Empresa de acordo com as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), emitidas e em vigor ou emitidas e adoptadas à data de 1 de Janeiro de 2009.

As demonstrações financeiras do OMIP foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (POC) até 31 de Dezembro de 2009.

### **2.2. Impacto da transição para SNC**

O OMIP adoptou as “NCRF”, emitidas e em vigor ou emitidas à data de 1 de Janeiro de 2010, tendo aplicado estas normas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de Janeiro de 2009 e a empresa preparou o seu balanço de abertura a essa data.

Dessa transição não resultou qualquer efeito no capital próprio da empresa, traduzindo-se apenas em alterações na denominação das contas.



### 3 Políticas Contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

#### 3.1. Participações financeiras - Filiais

Filiais são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais o OMIP tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o OMIP detém o controlo sobre uma entidade. As entidades que qualificam como filiais encontram-se listadas na Nota 19.

As participações em filiais estão relevadas pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, a quota-parte dos resultados verificados em filiais e associadas, proporcionais às participações detidas, são incluídos na demonstração de resultados e a quota-parte dos seus patrimónios líquidos, considerando quaisquer acréscimos implícitos provenientes de valores de ajustamentos de justo valores e de trespasses, são reflectidas no balanço. Estes valores são apurados a partir das demonstrações financeiras aprovadas das filiais e associadas respectivas, ou, na falta das mesmas, com base nas melhores estimativas possíveis, as quais têm como data de referência a do ano financeiro da Empresa

#### 3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para a sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparação e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os activos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

##### Anos

Equipamento de Transporte	Entre 3 e 5 anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 10 anos

As vidas úteis dos activos são revistas no final do ano para cada activo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

### 3.3. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objectivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os activos financeiros podem ser classificados como:

- a) Activos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os activos financeiro não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e activos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- b) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado activo;
- c) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- d) Activos financeiros disponíveis para venda – incluem os activos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como activos não correntes excepto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em activos financeiros são registadas na data da transacção, ou seja, na data em que o OMIP se compromete a comprar ou a vender o activo.

Activos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transacção reconhecidos em resultados. Estes activos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transacção. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

O justo valor de activos financeiros cotados é baseado em preços de mercado (“bid”). Se não existir um mercado activo, o OMIP estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transacções recentes, desde que as condições de mercado permitam a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de “cash-flows” descontados quando existe informação disponível, privilegiando informação de mercado em detrimento da informação interna da entidade visada.

As contas a receber são classificadas no balanço como “Outras contas a receber”. O ajustamento pela imparidade de contas a receber é efectuado quando existe evidência objectiva de que a Empresa não terá a capacidade de receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transacções que lhe deram origem.

### **3.4. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

### **3.5. Capital Social**

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

### **3.6. Passivos Financeiros**

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade;
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O OMIP classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

### **3.7. Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

No exercício de 2008, a Empresa passou a ser integrada em sede de IRC no perímetro de consolidação fiscal do Grupo REN. Como consequência os movimentos relativos aos pagamentos por conta são registados no balanço da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. na rubrica “Imposto sobre o rendimento”.

No entanto no ano corrente, 2010, a empresa deixou de pertencer ao grupo fiscal do Grupo REN, como esse facto só ocorreu em 22 de Dezembro de 2010, os pagamentos por conta foram registados no balanço da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. na rubrica “Imposto sobre o rendimento”.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

### **3.8. Locações**

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais o OMIP detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos activos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a empresa tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

### **3.9. Rédito**

O rédito compreende o justo valor, recebido ou a receber, da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos.

As prestações de serviços são reconhecidas no período a que respeitam, tal como preconiza o princípio contabilístico da especialização do exercício.

### **3.10. Desvios tarifários**

Uma vez que o SNC é omissivo relativamente às actividades reguladas e ao registo de desvios tarifários, o OMIP definiu a política para o reconhecimento e mensuração dos desvios tarifários conforme previsto na NCRF 4 – ‘Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros’ com

referência ao normativo internacional SFAS 71 – Rate regulated activities. O SFAS 71 refere que: “uma entidade deve reconhecer: a) um activo regulatório pelo seu direito a recuperar custos específicos incorridos anteriormente e a obter um retorno específico; ou b) um passivo regulatório pela sua obrigação de devolver montantes recebidos anteriormente e pagar uma remuneração específica, quando tem o direito a aumentar ou reduzir as tarifas futuras” consoante os mecanismos de recuperação instituídos pelo regulador.

Desta forma o OMIP estima, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, para a aceitação dos custos operacionais e a determinação dos proveitos permitidos, os desvios apurados entre os custos reais e estimados. Esta correcção é ajustada mediante a aprovação da ERSE no ano seguinte (ano n+1), para incorporação das tarifas do ano a seguir (n+2). Excepcionalmente, o regulador definiu durante o exercício de 2010, que os ajustamentos referentes aos anos de 2009 e 2010, seriam apenas ajustados no ano 2012.

### 3.11. Especialização de exercícios

Outros proveitos e custos são registados no exercício a que respeitam independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas como acréscimos e diferimentos nas rubricas de Contas a Receber e Contas a pagar.

## 4 Fluxos de caixa

### 4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O OMIP não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os exercícios apresentados

### 4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa apresentam os seguintes valores

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Caixa	1.635	929
Depósitos bancários	828.398	840.259
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>830.033</u></b>	<b><u>841.188</u></b>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Numerário</b>		
- Caixa	1.635	929
	<u>1.635</u>	<u>929</u>
<b>Depósitos bancários</b>		
- Depósitos à ordem	328.398	140.259
- Depósitos a prazo	500.000	700.000
	<u>828.398</u>	<u>840.259</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa (activo)</b>	<u><u>830.033</u></u>	<u><u>841.188</u></u>
<b>Equivalentes de caixa (passivo)</b>	<u>-</u>	<u>-</u>

## 5 Activos fixos tangíveis

O movimento nos activos fixos tangíveis no período findo em 31 de Dezembro de 2009 apresenta-se como se segue:

	<u>Equipamento transporte</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Outros</u>	<u>Activos em Curso</u>	<u>Total</u>
<b>1 de Janeiro de 2009</b>					
Custo de aquisição	141.733	1.454.445	1.867	-	1.598.045
Depreciações acumuladas	-90.248	-1.213.135	-588	-	-1.303.971
<b>Valor líquido</b>	<u>51.485</u>	<u>241.310</u>	<u>1.279</u>	<u>-</u>	<u>294.074</u>
<b>31 de Dezembro de 2009</b>					
Adições	7.638	76.345	-	-	83.982
Alienações	-	-	-	-	0
Transferências e abates	-38.758	1.867	-1.867	-	-38.758
Depreciação - exercício	-22.528	-153.754	-	-	-176.282
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-
Depreciação- transf. e abates	24.929	1.717	588	-	27.235
<b>Valor líquido</b>	<u>-28.720</u>	<u>-73.825</u>	<u>-1.279</u>	<u>-</u>	<u>-103.823</u>
<b>31 de Dezembro de 2009</b>					
Custo de aquisição	110.613	1.532.657	-	-	1.643.269
Depreciações acumuladas	-87.847	-1.365.171	-	-	-1.453.018
<b>Valor líquido</b>	<u>22.766</u>	<u>167.486</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>190.251</u>

O movimento nos activos fixos tangíveis no período findo em 31 de Dezembro de 2010 apresenta-se como se segue:

	<u>Equipamento transporte</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Outros</u>	<u>Activos em Curso</u>	<u>Total</u>
<b>1 de Janeiro de 2010</b>					
Custo de aquisição	110.613	1.532.657	-	-	1.643.269
Depreciações acumuladas	-87.847	-1.365.171	-	-	-1.453.018
<b>Valor líquido</b>	<b>22.766</b>	<b>167.486</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>190.251</b>
<b>31 de Dezembro de 2010</b>					
Adições	100.000	27.667	-	129.425	257.092
Alienações	-110.613	-7.619	-	-	-118.231
Transferências e abates	0	-35.509	-	-	-35.509
Depreciação - exercício	-27.012	-83.052	-	-	-110.064
Depreciação - alienações	100.276	7.536	-	-	107.811
Depreciação- transf. e abates	0	855	-	-	855
<b>Valor líquido</b>	<b>85.417</b>	<b>77.363</b>	<b>-</b>	<b>129.425</b>	<b>292.204</b>
<b>31 de Dezembro de 2010</b>					
Custo de aquisição	100.000	1.517.195	-	129.425	1.746.620
Depreciações acumuladas	-14.583	-1.439.832	-	-	-1.454.416
<b>Valor líquido</b>	<b>85.417</b>	<b>77.363</b>	<b>-</b>	<b>129.425</b>	<b>292.204</b>

## 6 Participações financeiras – Método de Equivalência Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2010 o investimento em empresa associada é como segue:

	<u>%detida</u>	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
OMICLEAR	100,00%	3.000.000	3.000.000
<b>Total</b>		<b>3.000.000</b>	<b>3.000.000</b>

O detalhe em relação à empresa associada é o seguinte:

	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>
	<b>OMICLEAR</b>	<b>OMICLEAR</b>
<b>Activos</b>		
Não correntes	684.568	473.677
Correntes	77.138.040	106.285.281
	<u>77.822.608</u>	<u>106.758.958</u>
<b>Passivos</b>		
Não correntes	233.300	191.160
Correntes	74.535.864	103.520.086
	<u>74.769.164</u>	<u>103.711.246</u>
<b>Capital Próprio</b>	<u>3.053.444</u>	<u>3.047.712</u>
	<b>3.053.444</b>	<b>3.047.712</b>
<b>Actividade no ano</b>		
Rendimentos	1.182.712	1.434.122
Gastos	(1.176.979)	(1.426.434)
Resultado líquido	<u>5.733</u>	<u>7.688</u>
% participação detida	100%	100%
	<u><b>5.733</b></u>	<u><b>7.688</b></u>

A movimentação da participação financeira de 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

	<b>OMICLEAR</b>
<b>1 de Janeiro de 2009</b>	<b>3.040.022</b>
Aquisições	-
Ganhos / (Perdas)	7.689
Outros movimentos no Capital	-
Alienações	-
Dividendos recebidos	-
<b>31 de Dezembro de 2009</b>	<b><u>3.047.711</u></b>
Aquisições	-
Ganhos / (Perdas)	5.733
Outros movimentos no Capital	-
Alienações	-
Dividendos recebidos	-
<b>31 de Dezembro de 2010</b>	<b><u>3.053.444</u></b>



## 7 Activos e passivos por Impostos diferidos

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue.

### Impostos Diferidos Activos

	<b>Desvios Tarifários</b>	<b>Prejuízo Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>A 1 de Janeiro de 2009</b>	<b>61.922</b>	<b>-</b>	<b>61.922</b>
<b>Período findo em 31 de Dezembro</b>			<b>-</b>
Constituição/reversão por capital	-	-	-
Reversão por resultados	(21.357)	-	(21.357)
Constituição por resultados	-	-	-
<b>Movimento do período</b>	<b>(21.357)</b>	<b>-</b>	<b>(21.357)</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>40.565</b>	<b>-</b>	<b>40.565</b>
			<b>-</b>
	<b>Desvios Tarifários</b>	<b>Prejuízo Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>A 1 de Janeiro de 2010</b>	<b>40.565</b>	<b>-</b>	<b>40.565</b>
<b>Período findo em 31 de Dezembro</b>			<b>-</b>
Constituição/reversão por capital	-	-	-
Reversão por resultados	-	-	-
Constituição por resultados		50.134	50.134
<b>Movimento do período</b>	<b>-</b>	<b>50.134</b>	<b>50.134</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>40.565</b>	<b>50.134</b>	<b>90.700</b>
Prejuízos fiscais reportáveis:			
- anos 2005 a 2009			
- ano 2010	189.187		

## Impostos Diferidos Passivos

	<b>Desvios Tarifários</b>
<b>A 1 de Janeiro de 2009</b>	<b>73.144</b>
<b>Período findo em 31 de Dezembro</b>	
Constituição/reversão por capital	-
Constituição por resultados	-
Reversão por resultados	-
<b>Movimentos do período</b>	<b>-</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>73.144</b>
	<b>Desvios Tarifários</b>
<b>A 1 de Janeiro de 2010</b>	<b>73.144</b>
<b>Período findo em 31 de Dezembro</b>	
Constituição/reversão por capital	-
Constituição por resultados	42.965
Reversão por resultados	-
<b>Movimentos do período</b>	<b>42.965</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>116.109</b>

## 8 Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe da rubrica de Estado é como se segue:

	<b>31-12-2010</b>		<b>31-12-2009</b>	
	<b>Activo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Activo</b>	<b>Passivo</b>
Imposto s/ rendimento	-	9.820	-	18.740
Retenções de imposto sobre o rendimento	-	20.642	-	-
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	11.034	4.615	-
Contribuições p/ segurança social	-	9.461	-	8.092
IVA noutros mercados	8.787	-	8.352	-
	<b>8.787</b>	<b>50.957</b>	<b>12.967</b>	<b>26.832</b>

Detalhe da rubrica de IRC

	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Pagamentos por conta	-	-
Retenções na fonte	675	-
Estimativa de IRC	(10.494)	-
<b>Total</b>	<b>(9.820)</b>	<b>-</b>

## 9 Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe da rubrica de Outras contas a receber é o seguinte:

	31-12-2010			31-12-2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Outros devedores</b>	223.490	-	223.490	187.089	-	187.089
<b>Acréscimos e diferimentos</b>						
Acréscimo de rendimento	-	438.148	438.148	276.015	-	276.015
<b>Outras contas a receber</b>	<b>223.490</b>	<b>438.148</b>	<b>661.638</b>	<b>463.104</b>	<b>-</b>	<b>463.104</b>

O saldo de Outros devedores refere-se a transacções com empresas do Grupo (ver nota 19.4).

O acréscimo de rendimento não corrente é referente ao desvio tarifário gerado em 2010.

Conforme o disposto no despacho nº17041/2010 do Gabinete do Secretário de Estado da energia e inovação, o modelo de sustentação económica do OMIP e da OMIClear, cessou em 31 de Dezembro de 2010.

Como tal, os montantes líquidos (isto é, saldo líquido de activo e passivo do OMIP e OMIClear) de desvios tarifários apurados em 2009 e 2010, serão recuperados via tarifa em n+2 conforme preconizado no Regulamento tarifário, isto é, 2012.

## 10 Capital social

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social do OMIP, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 250.000 acções com o valor nominal de 10 Euros cada.

## 11 Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo 5% do resultado líquido anual até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de Dezembro de 2010 a reserva legal ascendia a 17 246,35 Euros.

## 12 Fornecedores e outras contas a pagar

A decomposição da rubrica de Fornecedores e outras contas a pagar, em 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

	31-12-2010			31-12-2009		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
<b>Fornecedores</b>	208.447	-	208.447	314.802	-	314.802
	<b>208.447</b>	<b>-</b>	<b>208.447</b>	<b>314.802</b>	<b>-</b>	<b>314.802</b>
<b>Outros Credores</b>	439.064	-	439.064	-	-	-
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>						
Férias e Sub. Férias	28.629	-	28.629	23.994	-	23.994
Desvios Tarifários	-	153.076	153.076	-	153.076	153.076
Outros	35.400	-	35.400	75.737	-	75.737
<b>Total</b>	<b>503.093</b>	<b>153.076</b>	<b>656.169</b>	<b>99.731</b>	<b>153.076</b>	<b>252.807</b>

O acréscimo de gasto não corrente é referente ao desvio tarifário gerado em 2009.

Conforme o disposto no despacho nº17041/2010 do Gabinete do Secretário de Estado da energia e inovação, o modelo de sustentação económica do OMIP e da OMIClear, cessou em 31 de Dezembro de 2010.

Como tal, os montantes líquidos (isto é, saldo líquido de activo e passivo do OMIP e OMIClear) de desvios tarifários apurados em 2009 e 2010, serão recuperados via tarifa em n+2 conforme preconizado no Regulamento tarifário, isto é, 2012.

### 13 Vendas e Prestações de serviços

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe dos rendimentos com prestações de serviços é como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Tarifa Gestão Global do Sistema	1.370.647	1.394.938
Serviços prestados no âmbito do Gás Natural	241.334	-
Comissões	913.932	1.059.170
Outros serviços	53.168	241.796
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	<b><u>2.579.081</u></b>	<b><u>2.695.905</u></b>

### 14 Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos custos incorridos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Custos com trabalhos especializados	683.265	696.154
Custos serviços comuns	90.266	75.423
Deslocações e estadas	84.550	76.914
Comunicação	27.877	35.146
Despesas de representação	65.300	54.100
Seminários e congressos	726	50.705
Formação	1.325	32.569
Energia e fluidos	9.101	6.890
Materiais	8.138	8.273
Conservação e reparação	6.920	9.244
Outros ( inferiores a 5.000 €)	8.797	26.739
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b><u>986.265</u></b>	<b><u>1.072.158</u></b>

A rubrica Custos com trabalhos especializados inclui essencialmente gastos com serviços de informática e serviços de consultoria. Custos comuns respeitam a montantes debitados pelo grupo REN referente a custos comuns do edifício, de gestão, administrativos, etc.

Encontram-se igualmente registados a parte correspondente dos custos com as avaliações efectuadas ao OMIP e OMIClear, no montante de 112 703 Euros.

A diferença entre 2009 e 2010 na rubrica “Seminários e congressos”, deve-se ao facto de em 2009 a OMIP SGMR ter sido o patrocinador principal da feira “EMART” realizada em Madrid, cujos custos ascenderam a 50 000 Euros.

A diferença entre 2009 e 2010 na rubrica “ Formação “deve-se ao facto de em 2009 o OMIP ter pago à Universidade COMILLAS em Madrid, um estudo econométrico sobre leilões.

## 15 Gastos com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos custos incorridos com pessoal é como segue:

	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>
Remunerações dos órgãos sociais	705.458	722.348
Remunerações do pessoal	176.095	158.816
Encargos s/ remunerações	83.145	63.615
Seguros de acid. Trab. Doenças profissionais	6.702	4.979
Custos de acção social	557	198
Outros custos	4.435	3.261
<b>Custos com o pessoal</b>	<b>976.392</b>	<b>953.217</b>

O número médio de empregados em 2010 foi de 4 (2009:4).

## 16 Outros gastos e perdas

O detalhe dos Outros gastos e perdas é como segue:

	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>
<b>Impostos Indirectos</b>	23.124	18.396
- Imposto sobre valor acrescentado	6.877	1.769
- Imposto de selo	181	123
- Taxas	15.935	16.369
- Outros	132	135
Correcções relativas exercicios anteriores		8.946
Gastos em alienações	625	
Donativos	750	
Quotizações	4.060	665
Operações de mercado	526.674	668.666
Outros	0	337
<b>Outros Gastos e perdas</b>	<b>555.234</b>	<b>697.010</b>

A rubrica Operações de mercado inclui essencialmente as comissões fixas mensais cobradas pelos criadores de mercado (market makers). Estes membros garantem os níveis adequados de liquidez e profundidade de ofertas do mercado. As comissões fixas com os market makers foram renegociadas, o que originou o decréscimo verificado.

O valor de 8.946 de 2009 na rubrica “ Correcções relativas exercicios anteriores “ refere-se aos Fees Promotion de 2008.

## 17 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos Gastos e rendimentos financeiros é como segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros obtidos depósitos à ordem	3.194	6.932
Diferenças câmbio favoráveis	1.461	903
Rendimentos de participações		50.000
	<u><b>4.656</b></u>	<u><b>57.834</b></u>
<b>Juros e gastos similares</b>		
Diferenças câmbio desfavoráveis	(1.770)	(658)
Juros contrato leasing	(1.284)	(94)
Serviços bancários	(815)	(295)
Outros	(1.298)	(847)
	<u><b>(5.166)</b></u>	<u><b>(1.894)</b></u>
<b>Gastos e Rendimentos financeiros</b>	<u><b>(510)</b></u>	<u><b>55.940</b></u>

## 18 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Imposto s/ rendimento corrente	10.494	18.443
Imposto s/ rendimento diferido	(7.169)	(3.077)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<u><b>3.325</b></u>	<u><b>15.367</b></u>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foi de 25% (2009: 26,5%).

A conciliação do montante de imposto do exercício é como segue:

	<u>Notas</u>	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Resultado antes de Imposto		19.060	25.994
Taxa de Imposto		25,0%	26,5%
		<u>4.765</u>	<u>6.888</u>
Custos não dedutíveis		7.588	12.044
Rendimentos não tributáveis		53.701	7.689
Prejuízos gerados s/ Imposto diferido		-	-
Efeito correcção imposto diferido		-	-
Tributação autónoma		10.494	7.324
		<u>76.549</u>	<u>33.945</u>
Imposto s/ rendimento corrente		10.494	18.443
Imposto s/ rendimento diferido		(7.169)	(3.077)
Imposto s/ rendimento		<u>3.325</u>	<u>15.367</u>
<b>Taxa efectiva de imposto</b>		<u><b>17,45%</b></u>	<u><b>59,12%</b></u>

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras, é como segue:

	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama		1,50%
	<b>25,00%</b>	<b>26,50%</b>

A taxa de imposto varia de 26,50% para 25%, em resultado de em 2010 a empresa apresentar prejuízo fiscal.

## 19 Transacções com entidades relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010, o OMIP era detido maioritariamente pela REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

A lista das entidades relacionadas é a seguinte:

### Accionistas

OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, SA

### Empresas do Grupo

OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, SA  
 OMIClear - Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, SGCCCC, SA  
 REN -Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA  
 REN - Rede Eléctrica Nacional, SA  
 REN Trading, SA  
 REN Gasodutos, SA  
 REN Armazenagem, SA  
 REN Atlântico, Terminal de GNL, SA  
 Rentelecom - Comunicações, SA  
 REN Serviços, SA  
 Enondas, Energia das Ondas, SA

Durante o exercício, a Empresa efectuou as seguintes transacções com aquelas partes relacionadas:

### 19.1. Rendimentos – Empresas do Grupo

	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>
<b>Prestação de Serviços</b>		
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	1.092.542	1.769.792
REN - Gasodutos, S.A	30.000	7.500
	<b>1.122.542</b>	<b>1.777.292</b>

## 19.2. Gastos – Empresas do Grupo

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Compras de Serviços</b>		
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	63.632	88.149
REN Armazenagem, S.A	14.843	-
RENTELCOM - Comunicações, S.A	16.563	39.503
REN Serviços, S.A	13.200	18.700
	<u>108.238</u>	<u>146.352</u>

## 19.3. Remuneração do Conselho de Administração

Durante o período findo em 31 de Dezembro 2010, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração do OMIP foram as seguintes:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Orgãos Sociais</b>		
Salários e outros benefícios de curto prazo	705.458	722.348
	<u>705.458</u>	<u>722.348</u>

Não existem empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Administração.

No final do período findo em 31 de Dezembro de 2010, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são:

## 19.4. Saldos com partes relacionadas – Empresas do Grupo

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
<b>Clientes e outras contas a receber</b>		
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	110.165	82.574
OMIP SGPS	4.368	-
REN Armazenagem, S.A	-	-
OMICLEAR, S.A	108.331	60.279
	<u>222.863</u>	<u>142.853</u>
<b>Fornecedores e outras contas a pagar</b>		
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A	(7.430)	68.587
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	(19.317)	(17.531)
RENTELECOM - Comunicações, S.A	(1.954)	(6.757)
REN SERVIÇOS, S.A	(3.993)	(2.640)
REN Armazenagem, S.A	(869)	(306)
OMICLEAR, S.A	-	(327)
	<u>(33.563)</u>	<u>41.025</u>



## **20 Contingências**

À data de 31 de Dezembro de 2010 não existe conhecimento de qualquer contingência ou compromisso assumido.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011

**O Técnico de contas**  
nº 30375  
Maria Teresa Rodrigues Martins

**O Conselho de Administração**  
José Isidoro d' Oliveira Carvalho Netto - Presidente  
Paulo Martins de Sena Esteves - Vogal  
Jorge Fernando da Silva Simão - Vogal  
João Manuel de Castro Plácido Pires - Vogal  
OMEL – Operador del Mercado Iberico de Energía,  
Polo Español, S.A. (D. Pedro Mejía Gómez) - Vogal